

O cotidiano de pais e mães de pessoas transexuais em um Estado do Nordeste do Brasil

The daily lives of fathers and mothers of transsexual people in a Northeastern State of Brazil

La vida cotidiana de padres y madres de transexuales en un Estado Nororiental de Brasil

Recebido: 04/06/2021 | Revisado: 17/06/2021 | Aceito: 21/06/2021 | Publicado: 04/07/2021

Francisca Vilena da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7405-1319>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: enfvilena@hotmail.com

Ivoneide Lucena Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1763-4635>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: ivoneidelucenapereira@yahoo.com.br

Paula Frassinetti Oliveira Cezário

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1398-219X>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: paulafrassinetti22@gmail.com

Anna Luíza Castro Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5551-0468>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: annaenf@gmail.com

Jordana de Almeida Nogueira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2673-0285>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: jalnogueira31@gmail.com

Luana Rodrigues de Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1365-8912>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: luanaralmeida02@gmail.com

Silvia Regina Rodrigues Leite

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1795-1916>
Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, Brasil
E-mail: silrodri@gmail.com

José Andrade Costa Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8587-8936>
Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
E-mail: joacofi@uol.com.br

Sandra Aparecida de Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2183-6769>
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
E-mail: sandraalmeida124@gmail.com

Resumo

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado e tem como objetivo compreender o cotidiano de pais e mães de pessoas transexuais atendidos/as no ambulatório de travestis e transexuais da Paraíba. A investigação é de caráter qualitativo em que se utilizou o método da pesquisa-ação, o material empírico foi produzido através da implantação e da realização de 11 rodas de terapia comunitária integrativa sistêmica no ambulatório para travestis e transexuais da Paraíba, sendo utilizada a técnica de análise de conteúdo. Percebe-se, a partir das análises realizadas, que a sociedade e seus modelos de se estar no mundo vem acarretando diversos sofrimentos nos pais e mães de pessoas transexuais, dentre eles, diversas preocupações, medos, dores, violências e sofrimentos, estando presentes cotidianamente na vida de pais e mães de pessoas transexuais, confirmando o quão a sociedade se encontra despreparada para respeitar as pessoas e suas diversidades de gênero, acarretando não só diretamente as pessoas transexuais, mas também seus familiares.

Palavras-chave: Terapias complementares; Poder familiar; Pessoas transgênero.

Abstract

This article is an excerpt from a doctoral research and aims to understand the daily lives of fathers and mothers of transsexual people assisted at the transvestite and transsexual outpatient clinic in Paraíba. The investigation is of a qualitative nature in which the action research method was used, the empirical material was produced through the

implementation and realization of 11 Systemic Integrative Community Therapy circles in the Ambulatory for Transvestites and Transsexuals of Paraíba, using the technique of content analysis. Based on the analyzes carried out, society and its models of being in the world have been causing various sufferings in the fathers and mothers of transsexual people, among them, various concerns, fears, pain, violence and suffering, being present daily in the lives of fathers and mothers of transsexual people, confirming how society is unprepared to respect people and their gender diversities, not only directly affecting transsexual people, but also their families.

Keywords: Complementary therapies; Family power; Transgender people.

Resumen

Este artículo es un extracto de una investigación doctoral y tiene como objetivo comprender la vida cotidiana de los padres y madres de personas transexuales atendidas en el ambulatorio de travestis y transexuales de Paraíba. La investigación es de carácter cualitativo en la cual se utilizó el método de investigación acción, el material empírico se produjo a través de la implementación y realización de 11 círculos de Terapia Comunitaria Integrativa Sistémica en el Ambulatorio de Travestis y Transexuales de Paraíba, utilizando la técnica de análisis de contenido. A partir de los análisis realizados, la sociedad y sus modelos de estar en el mundo han venido provocando diversos sufrimientos en los padres y madres de personas transexuales, entre ellos, diversas inquietudes, miedos, dolores, violencias y sufrimientos, estando presentes cotidianamente en las vidas de padres y madres de personas transexuales, confirmando cómo la sociedad no está preparada para respetar a las personas y su diversidad de género, no solo afectando directamente a las personas transexuales, sino también a sus familias.

Palabras clave: Terapias complementarias; Poder familiar; Personas transgénero.

1. Introdução

Um dos paradigmas aceitos que circulam amplamente em todas as esferas sociais é o de que ou se nasce homem ou mulher. Essa assertiva não pertence exclusivamente à esfera do senso comum, mas também às bases do pensamento científico biológico, que se retroalimentam de modo que o senso comum afirma como sendo científica a ideia de que homens e mulheres são radicalmente diferentes. Por sua vez, o pensamento científico biológico se apropria do que é recorrente e socialmente esperado nas relações entre os gêneros e reforça a diferença sexual como algo natural (Bento, 2017).

Diante disso, é importante ressaltar que existem diferentes discursos sobre transexualidade no âmbito da saúde coletiva, que normatizam as condutas sexuais e as expressões da masculinidade e feminilidade em parâmetros de saúde/normalidade ou doença/anormalidade, ou seja, certas identidades de gênero são consideradas como meras falhas do desenvolvimento ou como impossibilidades lógicas, porque não se enquadram nas normas de inteligibilidade cultural vigente (Arán, 2006).

Nesse sentido, a transexualidade é complexa e inclui uma diversidade de formas de subjetivação que envolve um conjunto de fatores não redutíveis aos biológicos. Os inúmeros modelos de família com seus padrões familiares, as práticas da educação, os comportamentos considerados socialmente aceitáveis, como as brincadeiras consideradas exclusivas de meninos ou meninas, são fatores que contribuem com a formação subjetiva de cada um. Nesse contexto, é necessário estar atento ao contexto histórico-social e lembrar que os atributos classificatórios de homens e mulheres também dependem de uma construção (Vieira & Sampaio, 2014).

Se, na sociedade contemporânea, os sujeitos existem a partir de um corpo sexuado, esse corpo precisa externar (através de roupas, cabelo e gestual) a forma como a pessoa pensa seu sexo e seu gênero (Santos, 2009). E como a perspectiva contrária não é coerente com as definições de gênero socialmente ditas normais, isso tem feito com que as pessoas transexuais sejam estigmatizadas pela sociedade e fiquem mais vulneráveis a diversos tipos de discriminação e violência (Ferreira, Tenório & Monteiro, 2019).

Em meio a esse contexto, segundo Butler e Rios (2009), a identidade transexual tem uma influência contínua do meio social no qual as pessoas estão inseridas. Assim, para construir nossa identidade, é necessário fazer parte de um tecido social. “A mudança vem de uma ampliação de ações coletivas e difusas que não seriam próprias a nenhum sujeito singular, ainda que um efeito dessas mudanças seja que se venha a agir como um sujeito” (Butler & Rios, 2009, p.123).

Esse nasce em uma família que é um sistema formado de subsistemas que é influenciado de todas as formas, internas e externas, localizadas em um sistema maior que é pela sociedade (Alarcão, 2006). De acordo com a teoria geral dos sistemas, “Nada acontece isoladamente e qualquer coisa que afete um dos componentes, afeta todos os outros, ou seja, qualquer alteração causa impacto sobre todos os outros membros do sistema” (Andrade & Martins, 2011, p.188). Esse sistema tem como principal característica a interdependência entre os membros, mas, se houver uma mudança em um dos membros, inevitavelmente haverá mudanças em cadeia, em que os regulamentos que gerenciam as relações entre os membros (seus vínculos obedecem às regularidades).

Nesse sentido, a instituição família tem todos os critérios e é um excelente exemplo de sistema, formado por um conjunto de elementos interligados por um contíguo de interpelações e relações com o exterior e mantém seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido por meio de estados de evolução diversificados.

Realizada uma introdução temática, o presente artigo é fruto da pesquisa realizada no doutorado, intitulada “-a terapia comunitária integrativa sistêmica: Contribuições para os cotidianos de pais e mães de pessoas transexuais “-a mesma sendo um convite para a ampliação do conhecimento acerca da temática a partir de falas de pais e mães de pessoas transexuais, na tentativa de oportunizar a ampliação do respeito e nas ressignificações individuais diante da temática.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação-participante, que teve como referencial teórico metodológico a Terapia Comunitária Integrativa Sistêmica (TCIS). Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa propõe a subjetividade como fundamento do sentido e defende-a como constitutiva do social e inerente ao entendimento objetivo, sem se preocupar em quantificar, mas explicar os meandros das relações sociais consideradas essenciais e os resultados da atividade humana criadora, afetiva e racional, que pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum.

A pesquisa ação, além de integrar a teoria e a prática na construção de saberes, remete á necessidade de incluir e valorizar grupos sociais na busca por respostas para seus problemas e os desafios (Thiollent, 2011; Barbier, 2002).

Barreto (2007) considera a Terapia Comunitária Integrativa Sistêmica (TCIS) como um instrumento que nos possibilita construir redes sociais solidárias de promoção da vida, mobilizar os recursos e as competências dos indivíduos, das famílias e das comunidades. Ela é considerada uma abordagem de atenção à saúde comunitária, que trabalha a partir do encontro entre o saber acadêmico e o saber construído pela experiência de vida, visando superar os desafios do cotidiano, e representa um espaço de partilha grupal, onde os/as participantes são estimulados/as a falar dos sentimentos nas experiências de vida, resgatar a autoestima e superar os sofrimentos (Barreto, 2008).

A TCIS estabelece uma relação de cuidado e de acolhimento entre as pessoas, que se relacionem num contexto de ajuda mútua, num espaço que assegura a fala e a escuta respeitosa (Ferreira Filha & Carvalho, 2010; Rocha et al., 2009). Para a produção do material empírico foram realizadas e gravadas onze rodas de TCIS no ambulatório TT, com a presença de pais e mães de pessoas transexuais atendidas naquele serviço, as rodas ocorreram entre os meses de novembro de 2019 e março de 2020.

Posteriormente o material empírico produzido através das TCIS foi transcrito e explorado para a definição de categorias (sistemas de codificação), ainda foram identificadas as unidades de registro (unidade de significação), visando categorizar e contar (frequencial) as unidades de contexto, para codificar a unidade de registro correspondente ao segmento das mensagens (Bardin, 2011).

Quanto ao processo de formação das categorias, concretizou-se depois de feitas a seleção do material empírico e da leitura flutuante, no que refere a exploração dos dados, foi realizada através da codificação, dando início ao tratamento e à

análise e desenvolvidas intencionalmente para evidenciar, de forma sistemática, a construção progressiva das categorias de análise (iniciais, intermediárias e finais) (Bardin, 2011). E por fim, as rodas de TCIS foram categorizadas com a letra R e o número da ordem de ocorrência, como verão a seguir na apresentação dos resultados.

3. Resultados e Discussão

3.1 Os cotidianos de pais e mães de pessoas transexuais

Esse tópico tem por objetivo apresentar o cotidiano vivenciado por pais e mães de pessoas transexuais, uma vez que a estrutura familiar é o resultado da composição dos subsistemas e de como cada um se desenvolve, nesse sentido, a vivência da pessoa transexual afeta diretamente o dia a dia de seus pais, o que para Baptista e Garcês (2001), é fruto de inter-relações e repetidas comunicações que levam a padrões de relação. Cada família tem sua própria dinâmica e é constituída de influências externas. Nesse jogo de equilíbrio entre as forças externas e internas, existe uma dependência direta nesse cenário auto-organizativo, dinâmico e plural (Alarcão, 2006), portanto, o sistema familiar, ao longo do ciclo vital da família, sofre diversas mudanças.

Diante disso, este artigo apresenta aspectos voltados ao conjunto de situações vivenciadas por pais e mães nos quais seus/as filhos/as estão vulneráveis na sociedade, por divergirem das regras socialmente impostas no que tange às diversidades de gênero, que infelizmente influenciam diretamente a rotina diária dos/as pais e mães. Retrata, ainda, os sentimentos vivenciados pelo cenário de violências presentes em várias formas de expressões como desrespeito, intolerância, abandono, discriminação, estigma, preconceito e violência subjetiva, simbólica e física com que se deparam os/as filhos/as por causa da transexualidade, que desencadeiam desdobramentos negativos para a saúde mental dos seus pais e mães.

Para alguns/as pais e mães, é motivo de ansiedade saber se seus/as filhos/as serão meninos ou meninas. Esse tipo de expectativa corresponde às experiências de vida e à psicodinâmica individual dos pais. A partir daí, começam a construir e a idealizar histórias para aquela criança que responda às suas expectativas no que se refere à sexualidade. Então, se for menino, será levado a se sentir como homem, e se for menina, será levada a se sentir como mulher. Como essas sensações são voltadas para o psiquismo, eles começam a se perceber como homem ou como mulher (Seixas, 1998).

A partir do momento em que seus/as filhos/as se identificam como uma pessoa transexual (ou que eles mesmos percebem que existia algo que precisavam compreender sobre suas identidades de gênero), esse assunto passa a fazer parte de suas vidas, desencadeando diversas necessidades (aprendizado, ampliação do conhecimento, desconstruções de valores, culturais, morais e sociais), e dessa forma, passam a compreender o grau de exposição e de vulnerabilidades que seus/as filhos/as terão que enfrentar na sociedade. A Constituição brasileira define família como o núcleo em que o ser humano é capaz de desenvolver todas as suas potencialidades individuais pautada no princípio da dignidade humana, além dos princípios do Direito das Famílias (Brasil, 2014).

Tanto do ponto de vista prático quanto do político, a família continua ocupando um lugar de destaque na sociedade. Por ser considerada um sistema aberto e estar em constante construção, talvez, em nenhuma outra instituição, haja tanto espaço e cuidados em torno da diferença. Foi levantado através das rodas de TCIS que diversos movimentos foram realizados para que ocorressem experiências concretas na busca de informações e de ajuda para pais e mães sobre a transexualidade de seus filhos e filhas. Tiveram que se reinventar enquanto pais e mães, passaram a estudar o tema e procuraram serviços e profissionais de saúde que poderiam contribuir na ajuda dos seus/as filhos/as e a si mesmos/as, dessa forma os pais e as mães relataram algumas compreensões, ajustes e mudanças em seus cotidianos a partir de novos conhecimentos.

No entanto, a presença de um/a filho/a transexual em uma família poderá exigir de cada um/a de seus membros algumas alterações, por vezes, radical em sua maneira de agir com o/a outro/a, além de requerer mudanças de atitude em relação ao modo de viver, às rotinas do lar e em busca de cuidados psicológicos, visitas ao endocrinologista junto com o/a

filho/a, dentre outras especialidades médicas e até mudança de valores morais e culturais, ou seja, alterações que incidem em diferentes dimensões que independem das condições sociais.

Todas as pessoas estão expostas às vulnerabilidades, mas quando se trata de transexuais, essas vulnerabilidades se sobrepõem e se multiplicam cotidianamente. Nas rodas de TCIS, pais e mães revelaram diversas formas de influenciar a realidade a que seus/as filhos/as são expostos diariamente. São situações corriqueiras e que estão diretamente relacionadas à identidade de gênero. Além disso, as agressões e os enfrentamentos diários na sociedade interferem diretamente na vida desses pais e dessas mães.

Traremos a seguir fragmentos que se fizeram presentes nas rodas de TCIS, na roda de TCIS R5 foi discutida que a transição dos/as filhos/as para outro gênero modifica completamente a perspectiva de vida dos pais e das mães e que intervém diretamente em suas vidas e causa mudanças de paradigmas para a família. Acresce-se a esses fatores o aumento da responsabilização por parte deles diante de seus/as filhos/as, que passam a experienciar situações diferentes das que os pais e as mães de pessoas cisgêneras vivenciam, como as discriminações e os preconceitos contra suas identidades de gênero, o que requer uma atenção redobrada e mais cuidado na busca cotidiana para proteger seus/as filhos/as perante.

Ter um filho transexual é uma mudança de perspectiva de vida total, pois os pais já vivem para os filhos e você vive agora duplamente, triplamente para os filhos, porque agora você não vai só lidar com as situações normais da vida, vai ter que lidar com discriminações e preconceitos, com alguém que vai olhar torto nos espaços públicos (R5).

Acreditamos que os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão na sociedade (sexo/gênero, raça/etnicidade, classe, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência) estão diretamente interligados e agem de forma dependente uns dos outros, por meio de um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação (Azzarito & Solomon, 2005; McCall, 2005; Nash, 2008; Staunaes, 2005).

No processo transexualizador, as pessoas transexuais, seus pais e suas mães se deparam cotidianamente com o desrespeito, a intolerância, o abandono, a discriminação e a violência, situações que foram apontadas em todas as rodas de TCI. Todos os/as pais e mães disseram que já haviam passado por alguma experiência desrespeitosa advinda da sociedade por causa da transexualidade de seus/as filhos/as, como mostram estes fragmentos:

Quando estou numa roda de amigos no trabalho e quando falam mal de pessoas transexuais, travestis, gays isso me faz muito mal, me incomoda bastante, essas falas dos meus amigos me fazem sofrer, me sinto desrespeitado (...) A própria família muitas vezes não entende e acaba desrespeitando e cobrando algumas coisas que não podemos fazer (R1).

Entre os aspectos que chamam a atenção no fragmento apresentado na R1, destacam-se a inabilidade das pessoas para compreenderem as diferenças e a falta de respeito ao novo, ou seja, às outras formas de ser e de estar no mundo para além da binaridade de gênero. Isso os/as leva a desrespeitarem as diferenças, porque, em muitas circunstâncias, parece ser mais fácil se distanciar de novos conceitos e formas de ver o mundo e as pessoas e continuar na zona de conforto, reproduzindo padrões socialmente impostos e desrespeitando as pessoas cujas formas de expressar a identidade são diferentes. Trata-se de um contexto em que a sociedade impõe regras aos grupos de pessoas LGBTQTT, que são colocadas à margem e, conseqüentemente, consideradas como pessoas que não são dignas de respeito, pelo fato de se distanciarem dos conceitos e das formas demarcadas a partir do sexo de nascimento.

Para aprofundar essa discussão, é necessário compreender o que é sexo e seus determinantes culturais. Ferreira Filha e Carvalho (2010) define sexo biológico como “a reunião das características distintas que, presente nos animais, nas plantas e nos seres humanos, diferenciam o sistema reprodutor; sexo feminino e sexo masculino. É o que marca a diferenciação (órgão genitais) entre homem e mulher, delimitando seus papéis na reprodução”. É, ainda, um conjunto de características fisiológicas

em que se encontram as informações cromossômicas, os órgãos genitais e os caracteres secundários, capazes de identificar machos e fêmeas, portanto, sexo teria uma matriz biológica (Fachin, 2014).

O conceito de gênero visa suplantar as limitações do sexo biológico, considerando não apenas as características biológicas e anatômicas para determinar a identidade de uma pessoa. Formulado numa perspectiva de contraposição à noção de sexo biológico, não se trata de negar a biologia dos corpos, mas de ampliar o olhar para a existência de uma construção social e histórica sobre as características biológicas. Nesse sentido, as categorias homem e mulher se dariam em decorrência de uma realidade social, e não, meramente numa diferença anatômica (Fachin, 2014).

Outro ponto que nos chamou a atenção foi o fato de os familiares não compreenderem uma pessoa da família cuja identidade de gênero não acompanha a dos/as demais. Esse é um fator primordial para que esse membro não seja aceito, por não se enquadrar nas normas impostas pela sociedade nem responder à expectativa da família. Sabe-se que, como membros sociais, fortemente influenciados pela cultura, os familiares têm como referência para a designação sexual os órgãos sexuais e suas expectativas e cobranças pautadas pela ótica cisnormativa e biologicista reduzida ao sistema sexo/gênero. Então, aquilo que fugir desse padrão socialmente imposto e mantido desrespeitará não só a pessoa transexual, mas também seus pais e suas mães.

Simpson e Brasil (2015) ressalta que, no Brasil e em grande parte do mundo, qualquer um que fugir do binarismo homem e mulher será marginalizado socialmente, e que a binaridade de gênero é uma forma de opressão. Portanto, quem está na marginalidade não é digno de direitos, de respeito, de compreensão e de cuidados.

Camargo e Sampaio Neto (2018) referem que a identidade de gênero deve ser construída pelo ser humano, embora haja influências que se entranham, e cada uma delas disputa com o sujeito seu modo de ser e de agir, seus desejos e suas práticas sexuais, por percebendo que eles podem ser modificados. As construções sobre as noções de macho e fêmea são científicas e conduzem à manutenção da espécie dos seres vivos; já a noção de masculino e feminino é construída de acordo com certa cultura e transcende a relação binária macho-fêmea (Butler, 2016).

Outra dificuldade presente nos cotidianos de pais e mães de pessoas transexuais que emergiu nas rodas de TCI foi a intolerância às diferentes identidades de gênero, que parece ser o temor daquilo que nos é estranho tornar-se semelhante. É como se houvesse uma perda da identidade, e a estranheza fosse ameaçadora, podendo causar graves resultados e situações de intolerância e de repulsa (Campos, 2009).

A intolerância afeta a filha e, conseqüentemente, afeta o pai (...) quando for pegar um Uber, vá no banco de trás, não se sente na frente, eu sei o quanto são intolerantes, quando estão em grupo, diz que aceitam, que são respeitosos, mas quando estão sozinhos com o indivíduo, ai sabemos que a intolerância chega (R2).

O fato de seus/as filhos/as transexuais não serem aceitos/as por causa de sua identidade de gênero na sociedade, esses/as pais e mães são atingidos/as diretamente por essas influências negativas da sociedade, que se apresentam em atividades cotidianas realizadas por seus/as filhos/as, e eles/as passam a orientá-los/as para que se comportem com atitudes de prevenção, cautela e distanciamento das pessoas, que assumem posturas de desconfiança diante das pessoas, compreendendo-as como possíveis abusadoras e/ou agressoras.

A maior angústia é a intolerância, principalmente com as pessoas de orientações sexuais diversas (R7).

A compreensão refletida na TCIS R7 é de que o ser humano tem características de intolerância com outros/as pessoas, independentemente de qualquer coisa, e que essa intolerância aumenta quando o/a outro/a não cumpre as regras impostas pela sociedade. Ferreira Fila e Carvalho (2010) conceitua a intolerância como um comportamento odioso e agressivo, de caráter político ou religioso daqueles que têm diferentes opiniões.

Quintela (2013) afirma que, na sociedade, há uma intolerância que, muitas vezes, é velada e sutil e se máscara de diversas formas, gerando a não aceitação e o desrespeito ao/à outro/a que não é considerado como um igual. Em pesquisa realizada pela Fundação Rosa de Luxemburgo Stiftung sobre o grau de intolerância ou de respeito aos comportamentos sexuais, foi apontado que 90% dos/as brasileiros/as têm preconceito contra a população LGBTTT, no entanto, quando questionados diretamente, somente 30% admitiram (Venturini, 2008).

Outra adversidade vivenciada por pais e mães apontada nas rodas de TCI foi o abandono advindo de pessoas que os amavam, mas que não acolhem essa especificidade e acabam se distanciando. As diversas reações não envolvem apenas pais, mães e irmãos/ãs, mas também parentes e amigos/as, o que vai desde mais disponibilidade da família, com o intuito de ser solidária, até o distanciamento, talvez provocado por vergonha ou medo do desconhecido, que os/as impede de serem solidários/as ou de terem algum gesto de apoio. Almeida & Murta (2013) afirmam que diferentes dimensões da vida são afetadas pela identidade transexual, e as histórias predominantemente são marcadas por experiências de abandono ou expulsão pela família.

Depois da transição, todos da família viraram as costas para mim, sumiram das nossas vidas (...) Para a família nós não existimos mais, eles falaram o que quiseram, me disseram palavras muito cruéis e disseram que nós não existíamos mais (...) Agora que estamos precisando de apoio, eles simplesmente nos jogaram fora da família, eu não tenho mais ninguém da minha família que posso contar (R3).

Podemos perceber o desalento dos pais e das mães cujos familiares optam pelo afastamento e pelo abandono, por não terem habilidades internas para compreender a realidade de seu familiar, muitas vezes por estarem mergulhados/as numa cultura retrógrada e compreenderam que ela é que dita as regras de viver no mundo, porque o afastamento e o abandono afloram independentemente de qualquer tipo de laço familiar pré-construído, e a cultura impregnada diante das formas de se viver no mundo acaba sendo mais forte do que os laços familiares.

Quando, nas rodas, são proferidos discursos como este: “*Para a família nós não existimos mais, eles falaram o que quiseram, me disseram palavras muito cruéis e disseram que nós não existíamos mais*”, compreendemos que a invisibilidade também ocorre dentro da família. A atitude de destituir um membro do convívio familiar corrobora a decisão de invisibilizar não somente a pessoa transexual, mas também toda a sua família nuclear, por pactuar com questões que julgam ser amorais e abjetas.

Essa sensação de abandono, de não ser mais bem vindo/a, de não ser mais querido/a pôr pessoas que se acreditava que tinham um amor incondicional, acomete negativamente as pessoas transexuais e seus familiares/pais e mães, que estão aprendendo a lidar com essa nova situação. Sobre isso, questionamos: A força da não aceitação por parte da família se tornou maior dos que os vínculos familiares? Os padrões sociais introjetados foram tão fortes que os levaram ao afastamento? Não temos respostas para essas inquietações, mas procuramos, a partir de suas dificuldades, absorver toda a gama de possibilidades do sistema sexo/gênero. Segue o fragmento da TCIS R9.

A família se afastou, os primos, os avós, mas interpreto que quem se afastou é quem não nos amava (R9).

Talvez o fato de a família se afastar não queira dizer que não há amor. Cada pessoa reage de forma diferente em situações iguais. Os familiares que foram abandonados não conseguem avaliar a situação e acabam interpretando como um sentimento de desapego, de falta de amor entre eles/elas e, no meio desse cenário, não conseguem exercitar sequer a empatia, tampouco a alteridade. Não conseguem ver com outros olhos, não se colocam no lugar do/a outro/a nem conseguem respeitar o diferente, o que foge às normas e aos ditames sociorreligiosos. Portanto, a empatia é uma atitude necessária, durante o processo de criação, para um ambiente que facilite compreender o/a outro/a e que a “empatia oportuniza o interesse e a receptividade ao

outro e a busca de uma compreensão profunda e não crítica” (Rogers, 2003, p.86).

Essa falta de empatia e/ou de alteridade amplia o abandono e o sofrimento, muitas vezes, por não se recorrer ao diálogo nem se dar ao trabalho de rever conceitos para redimir qualquer sentimento negativo que porventura tenha apresentado ou que exercitem a ressignificação dos sentimentos trazidos nesse cenário vivenciado.

No fragmento da TCIS R3 a seguir, o afastamento dos familiares acarreta sensação de abandono e, conseqüentemente, de tristeza devido à nova realidade familiar. Vê-se claramente a tristeza por causa das atitudes de distanciamento dos familiares em relação à identidade de gênero e à decisão diante da transição.

A atitude dos meus irmãos em relação a transição vem sendo uma coisa muito ruim para mim, esse distanciamento e falta de apoio me deixa muito triste (R3).

Com o abandono familiar e social, as pessoas diretamente envolvidas são acarretadas pela falta de diversos direitos e esbarram em dificuldades cotidianas que lhes afetam a autoestima, o autorrespeito e a autoconfiança perante sua família e a sociedade, quando passam a não mais considerá-las e respeitá-las, deixando-as invisíveis (Pereira, 2017).

Os fragmentos da TCIS R8 a seguir relatam a tristeza como impotência e incapacidade de resolução, muitas vezes advindas do abandono, como vimos, uma vez que a tristeza apresentada ainda está presente, mesmo que não se tenha experienciado, no plano da preocupação. A reação comum da tristeza é a impotência, o que motiva o aparecimento do sofrimento, e a apreensão, a incapacidade de reagir, a incapacidade de resolução, o nervosismo e o sofrimento são alguns marcadores da tristeza (Freitas-Magalhães, 2016).

Esse ano fiquei triste com tantos problemas de violência que só aumentou, triste com tanto desrespeito as diferenças, muita violência, matança gratuita, os nossos governantes estimulando e outros não fazem nada (...) Enquanto mãe de uma pessoa transexual o quanto esse cenário político me deixa entristecida, porque o presidente fala abertamente que daria porrada no filho por ele ter trejeitos, isso já diz tudo, ele simplesmente autoriza e a grande massa está se sentindo empoderada (...) Sabemos que nosso país é extremamente preconceituoso e ver o tanto do ódio que as pessoas têm com quem é diferente, isso é muito triste (R8).

Na TCIS R8, a tristeza foi causada pelos seguintes motivos: falta de políticas para pessoas LGBTTT ocorrida nos últimos anos no governo federal; gestores/as desqualificados/as para as pastas a que foram encaminhados, com posturas desrespeitosas perante os/as cidadãos/ãs do país; governantes sem a mínima capacidade de valorizar e compreender as especificidades e as necessidades reais da população LGBTTT; e gestores/as que não conseguiram criar nenhuma política para avançar as pautas voltadas para LGBTTT, pelo contrário, muitas vezes, em seu discurso e nas ações, reforçaram o preconceito e o estigma que essa população vem sofrendo há décadas, o desamparo aprendido e a descrença das pessoas ante a inoperância das instituições sociais de suporte (Santi, Nakano & Lettiere, 2010).

A reação da sociedade diante de pessoas transexuais pode ser compreendida como uma refutação da transfobia, voltada para “apagar” sujeitos, ao negar sua existência, portanto são seres oprimidos pela heteronorma. Dessa forma, os/as pais e mães sentem essa precariedade a que seus/as filhos/as são submetidos no decorrer de suas vidas e é nesse momento em que a tristeza se instala. Esse sentimento pode advir de uma experiência vivenciada, de algo que poderá acontecer ou de uma situação real ameaçadora (tristeza reativa) ou simplesmente por se pensar (tristeza cognitiva), sem que esse momento tenha sido experimentado (Freitas-Magalhães, 2016).

Vivemos em um país preconceituoso em relação às pessoas LGBTTT. Essa é uma cultura que não tem espaço para acolher pessoas com identidades de gênero diversas. Sobre isso, existem outros agravantes, já que consegue bani-los e puni-los por serem quem são. Como relatam Bento (2017) e Pelúcio (2009), como as pessoas transexuais não são compreendidas como

inteligíveis em relação aos padrões hegemônicos de gênero e, até, de sexualidade, ainda não são vistas como seres humanos, mas como adjetos.

Observamos que os pais e as mães de pessoas transexuais convivem cotidianamente com a tristeza e acreditamos que conviver com o sofrimento dos/as filhos/as que sofrem tantas injustiças e exclusões impostas pela sociedade afeta diretamente a saúde, porque passam a ter contatos frequentes com sentimento de tristeza e de medo, e isso interfere diretamente nas atitudes e na forma como compreendem a vida. Embora, de um lado, o sentimento de tristeza seja uma experiência comum na vida das pessoas e se expresse, muitas vezes, em situações de fracasso, luto, abandono, separação, dentre outros, o que vai diferenciar é a forma como cada uma encara suas experiências vivenciadas e as tomadas de decisões futuras, enfrentando-os ou se vitimizand.

A realidade marcada por sofrimento, humilhações, abandono, pressões familiares, segregações sociais e situações vexatórias por parte das pessoas transexuais é um gatilho para desencadear a tristeza, que, muitas vezes, acentua a impotência dos/as pais e mães diante da realidade vivenciada por seus/as filhos/as. A tristeza é uma emoção básica, cognitivo-reativa e tem determinadas características associadas, como sofrimento, frustração, ansiedade, nervosismo e preocupação. Caracteriza-se, ainda, pela ativação do estado emocional defensivo, que visa motivar o indivíduo a situações ameaçadoras de sofrimento (Freitas-Magalhães, 2016).

É nesse momento em que a resiliência é fundamental, pois, segundo Sordi, Manfro e Hauck (2011), denota uma consciência baseada em princípios de adaptabilidade, estabilidade e capacidade de superar problemas corriqueiros da vida e pode ser encarada como uma competência do ser humano. Pode ser conceituada como “a capacidade do indivíduo de enfrentar as adversidades, manter uma habilidade adaptativa, ser transformado por elas, recuperar-se ou conseguir superá-las” (Sordi et al., 2011, p. 116). Todos os sentimentos mencionados nos humanizam e nos colocam em situação de aprendizes e em constante processo de construção e desconstrução. Nos relatos apresentados a seguir, esse sentimento vem sendo causado por atitudes e movimentos externos dirigidos às pessoas atingidas.

A mudança de atitude e de comportamento de um familiar perante uma pessoa transexual na família pode revelar para o familiar seu despreparo, sua incompreensão e seu preconceito. Essa é uma atitude que causa dores e deixa cicatrizes na alma de quem é afetado/a.

Por outro lado, ninguém é obrigado a estar preparado para aceitar pessoas que não cumprem as regras impostas pela sociedade e conviver com elas. Então, os familiares podem não aceitar mudar seus conceitos em relação às identidades de gênero de um ente, uma vez que não conseguem acessar essas novas formas de ver e compreender as pessoas transexuais como ditas normais sendo interpretadas com estranheza. Então, passam a reproduzir comportamentos que reforçam a compreensão do sexo biológico como a única referência para a identidade de gênero e, conseqüentemente, sua única forma de expressar sua identidade na sociedade.

Nos fragmentos que seguem, TCIS R7 consegue descrever, por meio de palavras, a dor na alma causada pela forma como a sociedade trata seus filhos transexuais.

Mas para a gente enquanto pai e mãe ainda isso não é natural, quanto mais para a sociedade, acontece quando ela chega em uma loja as pessoas ficam confusas se é uma menina ou um menino, isso causa sofrimento para ela e isso me doe muito (...) Isso é um processo muito doloroso, não porque temos vergonha dos nossos filhos, só quem é pai ou mãe que entende que a nossa felicidade é a partir dos filhos (...) Aos dezessete anos eu senti que ela precisava de mais alguma coisa, eu não sabia que era e isso me doeu demais, daí ele escreveu uma carta com três páginas e chegou na sala e falou tudo que queria falar, aliás ela não conseguia falar apenas consegui ler, eu me senti um lixo como pai, pois apesar de toda força que eu dei para ela, ela não se sentiu segura ainda, isso me doei muito como pai, mas depois disso, veio outro processo, eu procurei estudar e entender (R7).

O fragmento apresentado traz inúmeras questões que incitam as formas como os pais e as mães enfrentam os próprios preconceitos e as regras da sociedade apreendidos através da cultura diante da cisnormatividade e da binaridade de gênero. Diante de ser surpreendidos pela experiência de serem pais e mães de pessoas transexuais, acabam desconstruindo suas certezas e passam a ter necessidade de buscar informações a respeito da transexualidade para compreender bem mais a transexualidade de seus/as filhos/as.

Sobre isso, inferimos que a cultura e as regras da sociedade apreendidas pelos/as pais e mães são fortes o suficiente para que eles acabem reproduzindo a compreensão do que é normal e o que não é, mesmo que a pessoa que está infringindo as regras impostas pela sociedade sejam seus/as filhos/as.

Quanto ao tempo de adaptação para desconstruir e compreender varia bastante de pais para pais e mães para mães. Muitos chegam a compreender as diversas formas como uma pessoa pode ser no mundo e defendem as diferentes formas de expressar as identidades de gênero de seus/as filhos/as visando à felicidade. Alguns deles/as até se tornam militantes da causa LGBTQIA+.

Na abordagem sistêmica, é por meio dos processos individuais e dos laços sociais, familiares, culturais, das crenças e dos valores que o ser humano se compreende. Nesse sentido, o sofrimento não deve ser compreendido alheio à subjetividade do indivíduo, mas dentro de uma teia cultural forte e, para esses familiares, ameaçadora. No caso dessas pessoas, esse desfavorecimento de autoproteção, de autoequilíbrio, de crescimento e da autotransformação repercutiu na organização familiar e desestabilizou-a (Barreto, 2008).

O fato de as pessoas não aceitarem alguém que diverge do que a sociedade e a cultura pregam como normas a serem cumpridas exprime a crueldade e a maldade contra LGBTT. Essa postura acaba refletindo nos tipos de sentimentos mais vivenciados por pais e mães de pessoas transexuais, como a tristeza, um sentimento frequente em suas vidas. Portanto, a política, a história e a cultura em que a sociedade se encontra inserida interferem diretamente na sexualidade e na identidade de gênero e na forma como são aceitas, ligadas à maneira de experienciar, simbolizar e significar o corpo e de se estar no mundo e na sociedade (Silva, 2013).

Resende (2016) afirma que as pessoas LGBTT, na tentativa de melhorar a própria aceitação de condição homossexual ou de identidade de gênero, deparam-se exatamente com o posicionamento conservador e inflexível de sua família, com atitudes negativas e discriminatórias, numa reprodução dos mesmos modelos hierárquicos e opressores vividos ou ensinados para eles/as, o que leva à ruptura do laço afetivo temporário ou permanente. Essa ruptura pode desencadear uma série de sofrimentos mentais, tanto em quem rompeu quanto na pessoa que foi banida de sua família.

As discriminações, em todas as partes da sociedade, é outro fator negativo que influencia diretamente a saúde mental de pais e mães que sofrem na pele as segregações a que a sociedade insiste em submeter seus/as filhos/as.

Eu sei o quanto é difícil ser uma pessoa que a sociedade não aceita e diariamente discrimina, eu sinto isso na pele com meu filho (R1).

Observamos, no fragmento acima, que, para além dos efeitos dos estigmas e da discriminação, essas pessoas sentem e vivenciam formas de ameaças particulares, no que diz respeito ao grau de conscientização e à expectativa diante de um episódio de discriminação. Esse estigma motiva as pessoas a praticarem uma série de comportamentos defensivos, que funcionam como escudo e acarretam isolamentos, restringindo as oportunidades no convívio social, como, por exemplo, o apoio social (Herek, 2009).

Os trabalhos em grupo sempre eram feitos lá em casa e iam muita gente, agora depois que ele passou pelo processo transexualizador, só tem dois amigos que continuam frequentando nossa casa, o restante sumiu. Infelizmente discriminação estar em todas as partes, na sociedade, familiares, tios, primos, tem gente que não aceita pessoas transexuais (R3).

Esse fragmento denota que nem todas as pessoas estão preparadas para compreender a real necessidade do outro, para o novo. Por essa razão, decidem fugir dessa realidade e se distanciam por discriminar esses posicionamentos e necessidades das pessoas transexuais. Compreendemos que ninguém é obrigado a conviver com uma pessoa transexual, porém isso não lhe dá o direito de oprimi-la e discriminá-la.

Por trás de jovens transexuais, existem pais e mães que sofrem junto com eles, no que diz respeito às questões de identidade de gênero e das mencionadas anteriormente. Suas reações vão desde uma completa negação até um grande impacto inicial diante da condição transexual do (a) filho(a) ou de outro parente (Winck & Petersen, 2005).

As pessoas transexuais são as mais desprotegidas e estigmatizadas. Por essa razão, precisamos dirigir um olhar interseccional, quando nos propusermos a pensar sobre discriminação, como explicam Clarke, Ellis, Peel e Riggs (2010, p. 59):

É importante para que possamos explorar as diferentes formas pelas quais as pessoas estão localizadas em relação a categorias dominantes. Assim, gêneros e identidade(s) de gênero, orientações sexuais, classes sociais, etnias, localizações geográficas ou meios habitacionais e graus de incapacidades/deficiências se conjugam e operam de diversas formas na construção e manutenção das discriminações.

Segundo Oliveira e colaboradores (2010), existem diferentes formas de discriminação entre identidades LGBTQ+. Por exemplo, as pessoas bissexuais e transexuais são alvo de experiências diferentes de discriminações – a maioria das pessoas tem a ideia de que as pessoas que se identificam com a bissexualidade têm certo grau de confusão identitária, que são, na verdade, gays ou lésbicas que não conseguem se assumir, são promíscuos/as, têm várias parcerias sexuais ao mesmo tempo ou são obcecados/as por sexo. Quanto aos/as transexuais e/ou intersexo, segundo Eliason e Schope (2001), a compreensão passa inicialmente pelas organizações de uma sociedade diante de suas experiências discriminatórias, em que o gênero é pensado de forma binária e, conseqüentemente, excludente.

É muito fácil simplesmente pegar um grupo de pessoas para diminuir, para dizer que é bem melhor que eles, plantam o terror e a discriminação (R8).

Rodrigues (2005) reforça que o sentimento de inferioridade provocado pela estigmatização e pela discriminação faz com que os indivíduos se retraiam e tentem encobrir sua identidade ou se tornem agressivos com outros que não cumpram o estabelecido em contrato social silencioso. Nesse contexto, a LGBTQ+fobia cumpre seu papel de reprimir, por meio da opressão e da violência, as manifestações identitárias que fogem de seu controle a serviço de contextos econômicos e políticos.

Quanto à violência - psicológica, subjetiva ou física às quais seus/as filhos/as transexuais estão expostos/as, têm alto poder de influenciar a saúde mental dos/as pais e mães, porque, infelizmente, os dados do Brasil e do mundo têm demonstrado que os maiores índices de violência (física e/ou psicológica) estão diretamente ligadas às pessoas que transitam fora das regras estabelecidas pela sociedade diante da cis normatividade. O Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo, e a expectativa de vida de pessoas transexuais é muito baixa comparada com as pessoas cis.

Esses dias fui com minha filha fazer a matrícula dela na faculdade e fomos de ônibus e ela me pediu para que eu não a deixasse voltar de ônibus sozinha, pois disse que as pessoas a olhavam de uma maneira diferente e tinha medo de ser agredida. (...) A violência em si que abrange o nosso país e nos preocupa e muito. (...) Qualquer um pode ser agredido ou estuprado, até mesmo nós somos agredidos, pelo jeito de ser, por não concordar com algumas ideias, quanto mais as pessoas transexuais? (R2).

Tem horas que eu conseguirei proteger, mas tem horas que não estarei com ele, e é justamente nesse momento que eu me preocupo bastante (R2).

Esses fragmentos da roda de TCIS nos fazem compreender que a violência passou de uma prática velada, sutil e silenciosa para atos concretos de ódio e de repulsa a pessoas transexuais, que sofrem fisicamente por não serem aceitas na sociedade e interpretadas como não sendo dignas de respeito. Para muitos/as agressores/as, o melhor caminho é banir esses

corpos transexuais da sociedade através da violência física e, muitas vezes, tirando-lhes a vida. Devido a isso, os/as pais e as mães de pessoas transexuais passam a viver com essa triste realidade de preocupação e de sofrimento devido à violência cotidianas as quais seus/as filhos/as estão expostos.

Quando os pais e as mães se preocupam com a violência contra as pessoas transexuais em nosso país, isso, nos remete à cultura machista, homofóbica e transfóbica. Infelizmente o Brasil é responsável, isoladamente, por 39, 8% dos assassinatos de pessoas transexuais registrados no mundo entre 2008 e 2011, e no mesmo período, por 50, 5% desses crimes na América Latina. Só em 2011, 248 pessoas foram assassinadas no Brasil por serem transexuais ou travestis (Europe, 2016). O Brasil é o país com o mais alto grau de transfobia estrutural, um processo sociocultural que nega a cidadania das pessoas transgênero e que é mais visível quando nos remetemos a dados como os já apresentados.

Segundo Helman (2009, p. 169), “A cultura pode ser um elemento protetor, mas também provocador do sofrimento, quando o sujeito fracassa ou se encontra fora dos padrões de comportamento esperados pela sociedade, ele pode experimentar os sofrimentos de cunho social, expressos pela sensação de vulnerabilidades e estresse”. Os fragmentos apresentados nos fazem a inferir que, se todas as pessoas são vulneráveis de alguma forma, o grau de vulnerabilidade aumenta consideravelmente quando se é uma pessoa transexual, e se for uma transexual feminina e negra, as vulnerabilidades se sobrepõem. Podemos compreender, então, que o diferente não é aceito, e essa compreensão aparentemente já é suficiente para ser violentado com todas as forças opressoras da cultura heteronormativa e cis normativa. Porém não iremos nos aprofundar nessas características que ampliam as vulnerabilidades sociais e programáticas.

Então, os/as pais e as mães têm de proteger seus/as filhos/as de um mundo que não reconhece pessoas transexuais como dignas de direitos, de respeito e de cuidado. Isso desperta muita preocupação nos pais e nas mães de pessoas transexuais que têm a consciência de que seus/as filhos/as são muito vulneráveis na sociedade e, nem sempre, estarão por perto para protegê-los/as.

As pessoas matam porque a pessoa é gay, porque é transexual, porque a pessoa é preta, por ser pobre, é lamentável esse tipo de atitude (R8).

Ainda sobre a violência contra as pessoas transexuais e seus/as pais e mães, Silva (2013) entende que a violência está presente no pensamento social brasileiro, porque, ao longo dos séculos, humilhações e constrangimentos estiveram presentes desde o Brasil colônia e se refletem até os dias atuais, concretizadas através das altas taxas de criminalidade contra transexuais.

A sociedade exclui algumas populações por compreender que elas não deveriam existir, logo, teriam que ser exterminadas. Mais uma vez, as pessoas transexuais estão nesse *hall* de minorias vulneráveis, e seus pais e suas mães se sentem mais responsáveis por protegê-los/as das diversas formas de violência às quais estão expostos/as cotidianamente. O medo de perder um filho/a assassinado faz com que a superproteção esteja sempre presente na vida dos pais e das mães. Outro ponto frágil nas relações de gênero é a inoperância das instituições sociais, nas quais as pessoas transexuais não acreditam (Santi et al., 2010).

Segundo Silva (2013), para se discutir sobre sexualidade e identidade de gênero, deve-se discutir sobre a vida. Para se discutir sobre a violência contra as orientações sexuais e de gênero, a discriminação e a exclusão de grupo ditos minoritários, o amor aos/às outros/as deverá estar presente, assim como o respeito e, sobretudo, a tolerância, na perspectiva de se conviver com o diferente de forma harmoniosa.

As diversas violações supracitadas acabam repetindo os padrões dos crimes de ódio, motivados pelo preconceito e pela discriminação contra um grupo socialmente desprotegido e agredido. E essas agressões, em muitas circunstâncias, passam a fazer parte de uma lista de crimes hediondos (Stotzer, 2012). Portanto, a violência genérica com que são tratadas as pessoas

transexuais no Brasil, com espaços normativos capazes de esconder e revelar “‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos” ou “‘vidas’ que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, 2015, p. 17).

Infelizmente vivemos em um contexto sobremaneira heterossexualizado e binarizado que restringe quaisquer sinais de pluralismo e de diversidade sexual, afetiva ou amorosa e afeta diretamente as pessoas transexuais, que são alvos de estigmas e discriminações, principalmente quando não se sentem contempladas em discursos que trazem as normas de constituição do humano (Butler & Rios, 2009). Existem ideias e atitudes que reforçam o imaginário heterossexual hegemônico que se instala e se propaga em diversas instâncias de poder da sociedade, como a cultura, a política, as instituições e os espaços midiáticos e econômicos que refletem significativamente na solidificação do que Richardson (1998) chama de uma simbologia identitária nacional e que é, necessariamente, heterossexual.

É necessário perceber e entender a existência desse diferencial de poder normativo para compreender não só as regras pelas quais alguém pode ser considerada como “representável” ou “reconhecível”, mas também como os discursos heteronormativos se (re) constituem nos e pelos sujeitos por eles oprimidos. Nos discursos de poder, há um paradoxo entre a igualdade formal e a igualdade de fato, no contexto de uma cidadania concebida falsamente como universalista (Butler & Rios, 2009).

O medo que pais e mães de pessoas transexuais sentem se dá em todos os aspectos da vida cotidiana, seja na utilização de um transporte público, seja ao frequentar uma escola, porque é considerado um mecanismo de defesa animal fundamental para a sobrevivência e envolve vários processos biológicos de preparação para uma resposta a eventos potencialmente ameaçadores. Isso significa que a rotina ameaçadora acaba credenciando o medo para se fazer presente constantemente na vida dos pais e das mães e passa a ser um mecanismo crônico ou desproporcional, que é prejudicial e pode ser um componente essencial no desenvolvimento de vários transtornos psiquiátricos (Garcia, 2017; Shin & Liberzon, 2010).

Os pais e as mães de pessoas transexuais estão fadados a ter seus/as filhos/as interpelados continuamente pelas normas de subjetivação. A heteronorma é uma delas, que nos antecede e nos acompanha como corpos com identificações sexuais sem que exista fora das regras de subjetivação (Althusse, 2008). A subjetivação é uma forma permanente de relacionar-se com os outros, mas também com o mecanismo de desposseção, e a inteligibilidade de um sujeito pressupõe a desposseção prévia do seu corpo, se for uma das regras da sociedade. Portanto, há uma diferença entre a subjetivação que nos movimenta para o reconhecimento e a que nos transforma em sujeitos ininteligíveis (Butler, 2017).

Todas as pessoas experimentam a precariedade da vida. Habitamos em corpos vulneráveis e passíveis de agressões externas. Alguns corpos são mais vulneráveis do que outros (Butler & Rios, 2009). Butler e Athanasiou (2013, p. 20) denominaram essa desigualdade de distribuição das políticas de precarização da vida de “descartabilidade marcada”.

Conforme Silva (2013), discutir sobre a identidade de gênero e sexualidade é discutir sobre a vida, preconceito sexual, exclusão do grupo ditos minoritários, a violência voltada para as orientações e identidades de gênero e, acima de tudo, sobre o amor ao outro, ser tolerante, respeitoso e conseguir colocar em prática a convivência harmoniosa com todos os grupos da sociedade. Esse é um exercício que, muitas vezes, não é concretizado devido ao acomodamento e à escolha de permanecer em seu lugar de conforto.

Com todos os tipos de violência presentes no cotidiano dos/as filhos/as, os pais e as mães passam a se preocupar com o futuro deles/as. Esse é um fato com o qual se deparam desde o primeiro dia de vida (ou até mesmo antes do nascimento) e durante todas as fases da vida de seus/as filhos/as. Essas preocupações envolvem o cuidado com a saúde, a educação, a transmissão de valores sociais, o sustento dos filhos, ou seja, cuidar, proteger e orientar (Silva & Silva, 2014).

Os pais e as mães de pessoas transexuais têm outras preocupações a mais do que os de pessoas cis, porque encontram diversas barreiras para que seus/as filhos/as sejam aceitos e temem que não sejam compreendidos pela sociedade. Nesse sentido, precisam se esforçar para que eles/as possam usufruir dos mesmos direitos das pessoas cis na sociedade e ser felizes

como qualquer outra pessoa, como veremos a seguir na TCI R3:

Me preocupo com o futuro da minha filha, pois quando eu não estiver mais aqui o que vai ser dela? (R3).

Assim, se os pais de filhos cis já se preocupam em proporcionar uma vida melhor aos/às seus/as filhos/as e se preocupam em protegê-los da sociedade, essas preocupações são mais acentuadas quando se trata de pais e mães de filhos/as transexuais. Então, se a maioria dos pais querem dar aos/às seus/as filhos/as uma vida que não tiveram, como fazer isso quando se tem um/a filho/a transexual que não é aceito/a e querido/a por parte de sua família e da sociedade?

A preocupação desses/as pais e mães vai além de estarem ao lado dos/as filhos/as presencialmente, porque temem não poder mais protegê-los/as nem ter ninguém da família que poderia dar esse suporte em caso de morrerem.

Minha maior preocupação hoje se dá em virtude do fato de eu ter um filho transexual é voltada ao futuro, o que ela vai enfrentar no futuro, o que o futuro espera, em termos sociais, mas principalmente profissionais familiares, se vai se formar, se vai se casar, para uma pessoa que está com o sexo natural é difícil, imagine quem é transexual (R7).

Como podemos observar nos fragmentos apresentados, existem preocupações dos/as pais e mães para cada contexto de vida vivenciado pelos/as filhos/as, seja em relação à sua inserção na sociedade, aos estudos, à Universidade, ao emprego e a uma relação amorosa, cada uma em seu contexto. Historicamente, a heterossexualidade foi colocada como modelo ideal de felicidade, satisfação sexual e a maneira “correta” de ser e estar no mundo. Como consequência disso, reproduzem-se esses pensamentos e padrões tanto em instituições sociais quanto nas relações interpessoais, o que contribui para marginalizar a população LGBTTT (Navasconi, 2019).

Especificamente, o fragmento da TCI R7 apresenta os questionamentos e as expectativas dos pais em relação aos/às seus/as filhos/as transexuais referentes ao futuro, conscientes de que não será fácil fazer com que trilhem os mesmos caminhos das pessoas cis normativas e que o caminho será bem mais difícil para seus filhos, que encontrarão muitas barreiras a serem desviadas e superadas para que cheguem aonde pretendem. Dessa forma, os/as pais e mães são atingidos/as diretamente pelas incertezas quanto ao futuro dos/as filhos/as, pela constante presença do preconceito, da discriminação e da exclusão, que fazem de seus/as filhos/as alvo de conflitos sociais e presas fáceis para o isolamento e a desumanização como indivíduos transexuais na sociedade.

Quanto à vulnerabilidade e à violência vivenciadas pelos/as filhos/as e pais, na categoria 1, apresentamos os cotidianos de pais e mães de pessoas transexuais, que, ao serem inseridos na sociedade, deparam-se rotineiramente com desrespeito, intolerância, abandono, discriminação, violência e preocupação com o futuro dos/as filhos/as. Essa situação faz parte do cotidiano de pais e mães de uma pessoa transexual e interfere diretamente em sua vida.

Acreditamos que, no que diz respeito à violência materializada no desrespeito, na intolerância, no abandono e na discriminação vivenciados por pais e mães de pessoas transexuais, ninguém melhor do que eles/as próprios/as para discutir sobre suas vivências cotidianas. Poderemos inferir que o problema não está em ter filhos/as transexuais, mas nas regras limitadas e impostas pela cultura e pela sociedade voltadas para o sexo de nascimento, como se não existissem outras possibilidades de ser no mundo.

Assim, com base nos resultados encontrados, foi possível analisar os cotidianos dos/as pais e mães de pessoas transexuais sobre as vulnerabilidades enfrentadas por seus/as filhos/as e discutir sobre elas. Isso mostra o despreparo da sociedade para acolher o diferente, como um espaço produtor de *stress* e de sofrimentos que revela as influências negativas que interferem diretamente no dia a dia de pais e mães de pessoas transexuais e desencadeiam fragilidades, impotência e medo, que os/as colocam em um lugar de vulnerabilidades na sociedade.

Muitas vezes, são obrigados/as a estar empoderados/as e fortes o suficiente para conseguir enfrentar as adversidades

que a sociedade impõe, pelo fato de terem um/a filho/a transexual. Por isso, são necessários serviços de saúde que ofereçam a cuidado a essas pessoas, considerando que o sofrimento, que torna seu cotidiano difícil não se limita a quem é transexual, porque também atinge quem os/as amam. Por isso, na rede de cuidados, a TCI ocupou esse vazio (*Gap*) de forma acolhedora e potencializadora de habilidades internas.

4. Considerações Finais

Compreender o universo de pais e mães de pessoas transexuais é compreender as inquietações, os incômodos, as preocupações e o sofrimentos presentes em seus cotidianos. Para isso, utilizamos as ferramentas da TCIS que oportunizaram, através do espaço de escuta, o levantamento dos temas vivenciados nos cotidianos de pais e mães de pessoas transexuais atendidas no Ambulatório TT da Paraíba.

O estudo indicou que a TCIS possibilitou a troca de olhares de mundo com o acolhimento das dificuldades individuais compartilhadas no coletivo como uma ferramenta de cuidado que reconhece as competências de cada sujeito na superação de suas dificuldades e transforma as práticas e os saberes possibilitando mudanças individuais e sociais por meio das redes de apoio.

Consideramos que o estudo obteve diversos resultados significativos porque se tornou importante para o bem-estar dos/as participantes, que se sentiram gratos/as por cada encontro vivenciado e pelo fato de seu sofrimento ter diminuído. Também lhes proporcionou um processo de trocas de experiências, porquanto se sentiram valorizados como sujeitos importantes para si mesmos e para os/as outros/as, com novas competências para conduzir sua autonomia, proporcionando equilíbrio e superação dos sofrimentos. Isso se justifica porque os encontros são uma estratégia de superação para a vida de pais e mães, que o/as auxiliam a compreender os conflitos e as incompreensões vivenciadas na sociedade e na família; oportunizam avaliações, compreensões, superações, ressignificações e a ampliação dos conhecimentos diante das problemáticas pautadas nas rodas de TCIS e contribuem para fortalecer a construção de redes de apoio emocional, os vínculos e o estímulo para o exercício da capacidade resiliente individual e grupal, desencadeando novos olhares, valores e reconfigurações de novos caminhos, apesar das ofertas negativas da sociedade perante as pessoas transexuais.

E por fim o estudo contribuiu para a ciência, oportunizando identificar e compreender a vida familiar de pessoas que se reconhecem enquanto pessoas transexuais, fazendo com que possamos ampliar o olhar cuidadoso da oferta de serviços voltados ao coletivo dessa família que busca apoio em serviços de saúde de nossa rede.

Referências

- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios familiares: uma revisão sistêmica*. Quarteto.
- Almeida, G., & Murta, D. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (14), 380-407. doi.org/10.1590/S1984-64872013000200017
- Andrade, A. I. N. P. A., & Martins, R. (2011). Funcionalidade familiar e qualidade de vida dos idosos. *Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health*, (40), 185-199. <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8227>
- Althusser, L. (2008). *A ideologia interpelada os indivíduos como sujeitos*. In: Louis, A. Sobre a reprodução. (Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira). Vozes editora.
- Azzarito, L., & Solomon, M. A. (2005). A reconceptualization of physical education: The intersection of gender/race/social class. *Sport, Education and Society*, 10(1), 25-47. doi.org/10.1080/135733205200028794
- Baptista, F., & Garcês, I. (2001). A famílias e intervenção social. In S. Luisa (coord), *Ação social na área da família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Barbier, R. (2002). *A Pesquisa-ação* Plano Editora.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

- Barreto, A. P. (2007). As dores da alma dos excluídos no Brasil e a Terapia Comunitária. In: M. Grandesso & M. R. Barreto (Org.), *Terapia Comunitária: tecendo redes para a transformação social: saúde, educação e políticas públicas* (pp. 19-26). Casa do Psicólogo.
- Barreto, A. P. (2008). *Terapia comunitária passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR.
- Bento, B. (2017). *O que é transexualidade*. Editora Brasiliense.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2014). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (Atitude de Ampliação de Acesso)*. Brasília: Ministério da Saúde. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (S. T. M. Lamarão & A. M. Cunha, Trans.) Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2016). Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu*, (42), 249–274. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Editora Autêntica.
- Butler, J., & Athanasiou, A. (2013). *Dispossession: The performative in the political*. Cambridge: Polity Press. doi.org/10.25158/16.1.21
- Butler, J., & Rios, A. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19, 95-126. doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006
- Camargo, S., & Sampaio Neto, L. (2018). Sexualidade e gênero. *Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba*, 19(4), 165-166. doi.org/10.23925/1984-4840.2017v19i4a1
- Campos, C. A. (2009). *Esperanças equilibristas: a inclusão de pais de filhos com deficiência*. Jarua Editora.
- Clarke, V., Ellis, S. J., Peel, E., & Riggs, D.W. (2010). *Psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer: na introduction*. Cambridge University Press.
- Eliason, M. J., & Schope, R. (2001). Does “don't ask don't tell” apply to health care? Lesbian, gay, and bisexual people's disclosure to health care providers. *Journal of the Gay and Lesbian Medical Association*, 5(4), 125-134. doi.org/10.1023/A:1014257910462
- Europe, T. (2016). Transgender Europe's Trans Murder Monitoring. Retrieved from <https://www.glaad.org/tags/transgender-europes-trans-murder-monitoring-project>
- Fachin, L. E. (2014). O corpo do registro no registro do corpo; mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. *Revista Brasileira de Direito Civil-RBDCivil*, 1(01). Retrieved from <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/130>
- Ferreira Filha, M. O., & Carvalho, M. A. P. (2010). A Terapia Comunitária em um Centro de Atenção Psicossocial:(des) atando pontos relevantes. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 31(2), 232-239. doi.org/10.1590/S1983-14472010000200005
- Ferreira, J. D. A., Tenório, S. M. D. S., & Monteiro, T. C. (2019). Identidade de Gênero: Sobre o Apoio, Identidade e Suporte Social de Travestis, Transexuais e Transgêneros. *Psicologado*. Retrieved from <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/sexualidade/identidade-de-genero-sobre-o-apoio-identidade-e-suporte-social-de-travestis-transexuais-e-transgeneros>
- Freitas-Magalhães, A. (2016). *O código da tristeza*. ESCRYTOS.
- Garcia, R. (2017). Neurobiology of fear and specific phobias. *Learning & memory*, 24(9), 462–471. doi.org/10.1101/lm.044115.116
- Helman, C. G. (2009). *Cultura, saúde e doença*. Artmed Editora.
- Herek, G. M. (2009). Hate crimes and stigma-related experiences among sexual minority adults in the United States: prevalence estimates from a national probability sample. *Journal of interpersonal violence*, 24(1), 54–74. doi.org/10.1177/0886260508316477
- McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800. Retrieved from <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/426800>
- Minayo, M. C. D. S. (2007). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. *Hucitec-Abrasco*, 5.
- Nash, J. C. (2008). Re-Thinking Intersectionality. *Feminist Review*, 89(1), 1-15. doi.org/10.1057%2Ffr.2008.4
- Navasconi, P. V. P. (2019). *Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTIS*. Editora Padrão.
- Oliveira, J. M., Pereira, M., Costa, C. G., & Nogueira, C. (2010). Pessoas LGBT - Identidades e discriminação. In C. Nogueira & J. M. de Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 149-210). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Pelúcio, L. (2009). *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. *Annablume-Fapesp*, 20(1). doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100019
- Pereira, F. Q., & Gomes, J. M. C. (2017). Pobreza e gênero: a marginalização de travestis e transexuais pelo direito. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, 22(2), 210-224. doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v22i2800
- Resende, L. D. S. (2016). Homofobia e violência contra população LGBT no Brasil: uma revisão narrativa. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16212/1/2016_LiviaDaSilvaRezende_tcc.pdf

- Quintela, H. F. (2013). Navalha na carne: o não reconhecimento da transexualidade e suas consequências. In Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, SC. http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373288703_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero0807.pdf
- Rocha, I. A. D., et al. (2009). A terapia comunitária como um novo instrumento de cuidado para saúde mental do idoso. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(5), 687-694. doi.org/10.1590/S0034-71672009000500006
- Rodrigues, C. (2005). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 179. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100012/7828>
- Rogers, C. R. (2003). *Terapia centrada no cliente*. Lisboa: Edual-Editora da Universidade Autónoma de Lisboa. <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3245/1/ISBN%20972-8094-74-4%20-%20Terapia%20Centrada%20no%20Cliente%20-%20ebook%202004-01-15.pdf>
- Santi, L. N., Nakano, A. M. S., & Lettiere, A. (2010). Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 19(3), 417-424. doi.org/10.1590/S0104-07072010000300002
- Santos, J. A. F. (2009). A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70), 37-60. doi.org/10.1590/S0102-69092009000200003
- Seixas, A. M. R. (1998). Sexualidade feminina: história, cultura, família-personalidade & psicodrama. In *Sexualidade feminina: história, cultura, família-personalidade & psicodrama*. 292-292.
- Shin, L. M., & Liberzon, I. (2010). The neurocircuitry of fear, stress, and anxiety disorders. *Neuropsychopharmacology: official publication of the American College of Neuropsychopharmacology*, 35(1), 169-191. doi.org/10.1038/npp.2009.83
- Silva, A. K. L. S. (2013). Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. *Revista do NUFEN*, 5(1), 12-25. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003&lng=pt&tlng=pt
- Silva, B. T., & Silva, M. R. S. (2014). Necessidades e preocupações dos pais em diferentes etapas do ciclo vital. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(6), 957-964. doi.org/10.1590/0034-7167.2014670614
- Simpson, K., & Brasil. (2015). Transexualidade e travestilidade na saúde. *BRASIL. Ministério da Saúde. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília: Ministério da Saúde*, 9-16.
- Sordi, A. O., Manfro, G.G., & Hauck, S. (2011). O conceito de resiliência: diferentes olhares. *Revista brasileira de psicoterapia*, 13(2), 115-132. <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v13n2a04.pdf>
- Staunaes, D. (2005). From Culturally Avant-garde to Sexually Promiscuous: Troubling Subjectivities and Intersections in the Social Transition from Childhood into Youth. *Feminism & Psychology*, 15(2), 149-167. doi.org/10.1177/0959353505051719
- Stotzer, R. L. (2012). Comparação das taxas de crimes de ódio entre grupos protegidos e desprotegidos – Uma atualização.
- Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora.
- Venturini, G. (2008). Intolerância à diversidade sexual. *Teoria e Debate*, 78, 20-23. <https://teoriaedebate.org.br/2008/07/01/intolerancia-a-diversidade-sexual/>
- Winck, G. E., & Petersen, C. M. (2005). O transexual masculino: considerações sobre rede de apoio social e coping na mudança do sexo anatômico. *Revista Ártemis - Estudos De Gênero, Feminismos E Sexualidades*, (2). <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2344>